14:13 87%

Opinião do GLOBO

Desequilíbrio impõe uma nova reforma da Previdência

Enquanto contribuintes aumentaram 0,7% ao ano entre 2012 e 2022, novos benefícios cresceram 2,2%, diz estudo

Falar em nova reforma da Previdência cinco anos depois da última pode parecer prematuro. Infelizmente, não há como brigar com a realidade de um país de renda média. No ano passado, o déficit dos regimes previdenciários do governo federal foi equivalente a 3,9% do PIB. Em 2022, na Previdência Social como um todo, incluindo estados e municípios, ficou em 4,9%. Como o rombo é grande, e tende a aumentar, governo e Congresso deveriam promover outra reforma. Do jeito como está, o sistema é insustentável. O Brasil tem muitas outras demandas urgentes, da educação à segurança, e não pode arcar com despesa tão grande no Orçamento — só os gastos com as aposentadorias do setor privado consomem 44% do gasto da União.

Não bastasse o desequilíbrio no presente, continuamos diante de uma bomba demográfica. Até 2050, a fatia de idosos deverá dobrar, enquanto a de contribuintes ficará inalterada. Não se trata de problema do futuro. Como revelou reportagem do GLOBO, o número de contribuintes cresceu 0,7% ao ano entre 2012 e 2022. No mesmo período, a quantidade de benefícios pagos subiu 2,2% anuais, segundo estudo do economista Rogério Nagamine.

É certo que, no período analisado, a economia passou por dois anos de recessão decorrentes das políticas do governo Dilma Rousseff, além da pandemia. Mas a regra das últimas três décadas, quebrada raramente, tem sido o crescimento econômico baixo. Com alterações tímidas do PIB, não crescem a parcela de trabalhadores formais nem as contribuições. Mesmo confiando na forte expansão econômica, as previsões demográficas se impõem.

O problema estrutural tem sido agravado pela conjuntura. Em 2023, o estoque de benefícios do INSS cresceu 4,5%, maior aumento dos últimos 19 anos. De acordo com o governo, isso é resultado do combate ao represamento de pedidos herdados. A explicação, porém, é insuficiente. As filas do INSS estão caindo lentamente apesar do forte aumento nos benefícios.

Ainda não há dados disponíveis a pesquisadores para determinar as causas do salto. Em artigo recente, Nagamine e o economista Marcos Mendes levantaram uma hipótese. As medidas adotadas para acelerar as análises de pedidos podem estimular cidadãos a solicitar o benefício mesmo sem cumprir os requisitos. Uma possibilidade mais grave é os processos automatizados serem mais lenientes. Se for esse o caso, o período atual não será de correção, mas o início de um "aumento duradouro" nas taxas de concessão.

A despesa com benefícios previdenciários e assistenciais tem crescido em ritmo tão alto que provavelmente exigirá corte de outros gastos já neste ano. Só o custo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores da iniciativa privada, aumentou 4,4% em janeiro em relação ao mesmo mês do ano passado, descontada a inflação. Os benefícios assistenciais subiram 16%. O governo tem comemorado a alta na receita neste início de 2024, sem dar a devida atenção às despesas.

Parece óbvio que a Previdência exige correções de gestão no curto prazo. O primeiro passo é saber exatamente por que as filas não caem na velocidade esperada e se há gente beneficiada de forma indevida. Para os desafios estruturais de longo prazo, governo e Congresso precisam encarar o desafio de uma nova reforma, começando pelas categorias que driblaram as mudanças na última. Não haverá escapatória.

Plataformas digitais enfrentam desafios judiciais maiores na Europa e nos EUA

Americanos acusam Apple de práticas ilegais, enquanto europeus também investigam Google, Meta e Amazon

As grandes plataformas digitais enfrentam dissabores judiciais crescentes na Europa e nos Estados Unidos. O Departamento de Justiça (DOJ) americano e procuradores-gerais de 16 estados informaram que processarão a Apple com base na lei antitruste. A empresa é acusada de práticas ilegais para tornar os consumidores menos dispostos a trocar seu iPhone por aparelhos da concorrência. A Comissão Federal de Comércio também processa, com base na mesma legislação, Amazon e Meta, dona de Facebook, Instagram e WhatsApp.

O Departamento de Justiça também quer levar o Google a júri popular, sob a acusação de exercer controle sobre o mercado de anúncios on-line. Processos cíveis como esse costumam ser decididos por juízes, mas o Google já foi condenado por um júri de San Francisco num caso envolvendo a exclusão do jogo Fortnite de sua loja de aplicativos. A acusação foi semelhante à que pesa agora contra a Apple: a comissão de 30% exigida dos desenvolvedores é considerada abusiva. Estima-se que Google e Apple faturem US$ 200 bilhões com a intermediação das vendas em lojas de aplicativos.

Quase simultaneamente, a Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, começou a investigar Apple, Google, Meta e Amazon. É a primeira investigação desde que entrou em vigor, no início de março, a Lei dos Mercados Digitais, cujo objetivo é ampliar a concorrência para impedir inovações que levassem o usuário a trocar seu iPhone por outro smartphone. O procurador-geral dos Estados Unidos, Merrick Garland, afirmou que a Apple "consolidou seu poder de monopólio não fazendo seus produtos melhores, mas os dos outros piores". Em 2020, uma análise feita na Câmara concluiu que a empresa abusa da posição monopolista na distribuição de softwares pelo iPhone ao impor aos desenvolvedores as comissões de 30%. Os processos contra Apple, Google e outras gigantes digitais mostram que as grandes plataformas enfrentarão, dos dois lados do Atlântico, problemas judiciais maiores.

Amazon, é semelhante: a empresa é acusada de usar seu domínio sobre um mercado para sufocar a concorrência em outro. Nem sempre é uma acusação fácil de comprovar, pois em geral as inovações trazem benefícios aos consumidores. A novidade é que as autoridades americanas começam a apostar no caminho adotado pelos europeus.

De acordo com a denúncia do DOJ, a Apple manejou a distribuição de aplicativos para impedir inovações que levassem o usuário a trocar seu iPhone por outro smartphone. O procurador-geral dos Estados Unidos, Merrick Garland, afirmou que a Apple "consolidou seu poder de monopólio não fazendo seus produtos melhores, mas os dos outros piores". Em 2020, uma análise feita na Câmara concluiu que a empresa abusa da posição monopolista na distribuição de softwares pelo iPhone ao impor aos desenvolvedores as comissões de 30%. Os processos contra Apple, Google e outras gigantes digitais mostram que as grandes plataformas enfrentarão, dos dois lados do Atlântico, problemas judiciais maiores.

Artigos

oglobo.globo.com/opinion/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Desforra política

O voto do relator do processo de cassação do senador Sergio Moro no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Falavinha Souza, não foi arrasador apenas na negativa de todas as acusações apresentadas pela improvável, mas significativa, dupla partidária PL-PT, mas também pela quase denúncia de que tentativa tão esdrúxula de impugnação é, na verdade, "retaliação" e "desforra".

Retaliação por parte do PT, devido à Operação Lava-Jato, que levou à prisão o hoje presidente Lula e vários de seus integrantes, devido à "grande investigação de combate à corrupção" que Moro comandou. Desforra por parte dos que não o quiseram como candidato à Presidência da República e resistem a engolir sua vitória eleitoral maiúscula. E também daqueles que, integrando o novo governo do PL, viram-no virar-se contra Bolsonaro e sair "desse governo atirando". A derrota do ex-senador Alvaro Dias, "que lhe abriu a candidatura presidencial", na corrida ao Senado do Paraná também foi arrolada indiretamente pelo relator como uma das razões para uma desforra política.

Não há dúvida de que o processo que começou ontem tem uma motivação política, ideia corroborada pela fragilidade das acusações. Já faz parte da história a saga de Moro na tentativa de se viabilizar como candidato à Presidência da República na disputa de 2022. Foi traído seguidamente pelas lideranças partidárias do União Brasil, depois de ter desistido de concorrer pelo Podemos por falta de recursos.

Acabou escanteado pelos políticos tradicionais, impedido de concorrer a deputado federal por São Paulo por denúncia do PT e obtendo uma eleição consagradora para senador pelo Paraná. O resultado até agora vai frustrando seus adversários, que já se mobilizavam rumo a uma eleição extraordinária para ocupar sua vaga, tão certa acreditam ser sua cassação.

> ***Não há dúvida de que o processo que começou ontem tem uma motivação política, ideia corroborada pela fragilidade das acusações***

O voto do relator Falavinha Souza pode mudar o rumo dessa prosa, tamanha a demonstração de que nenhuma das acusações se sustenta, simplesmente porque não aconteceu o abuso de poder econômico alegado. O desembargador José Rodrigo Sade, nomeado pelo presidente Lula com base em uma lista tríplice, é tido como voto contrário a Moro, mas pediu vista, o que torna incerta sua posição.

O fato de Moro ter sido candidato a presidente da República antes não significa que tenha manobrado para ficar em evidência e se aproveitar disso para se eleger senador. Como ressaltou o relator, além de as acusações não procederem, ele não precisava dessa artimanha porque já era uma figura nacional, não apenas por ter sido o juiz da Lava-Jato, como por ter saído do governo de maneira estrepitosa, denunciando a tentativa de Bolsonaro de interferir na Polícia Federal do Rio.

O atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que foi candidato a presidente e depois se reelegeu governador, foi citado como exemplo de que mudanças de candidatura acontecem corriqueiramente na política brasileira. Dois fatos atuais ajudam Moro: o desvendamento do caso Marielle, que mostrou por que Bolsonaro e família queriam ter o controle da PF no Rio; e a admissão da empresa suíça Trafigura, multada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos em US$ 127 milhões por admitir que seus executivos subornaram funcionários da Petrobras na compra de barris de petróleo.

Embora, aqui no Brasil, a Operação Lava-Jato venha sendo cuidadosamente enterrada em decorrência de decisões do Supremo Tribunal Federal, paradoxalmente no resto do mundo as acusações e as punições continuam acontecendo, o que coloca a legislação brasileira em confronto com a realidade e em oposição à visão da maioria da sociedade brasileira, como mostram as pesquisas de opinião.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapteste e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cube Lopes - ariana.cube@oglobo.com.br
Segunda-Cadernos: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a.T: Ana Caruso - ecarus@oglobo.com.br
Bairros: Vitor Calmon Filho - vitorcalmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e jamais forneça dados pessoais. Para ser O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4356
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX CREDIT
A marca do consumidor consciente
Leia mais e fale pelo Selo de FSC
CARBON FREE